



ANAL

20

ANOS

Comunidade Intermunicipal do Algarve

Há vinte anos, uma deslocação entre Sagres e Vila Real de Santo António significava percorrer, por quase quatro horas, uma estrada nacional estreita e congestionada. Subir ou descer as serras de Monchique e do Caldeirão era embrenharse por curvas e contracurvas e muitas vezes por caminhos não pavimentados. Tempos em que a água da torneira não era de fiar e muito menos a que era largada nos rios e no mar. Escrevia-se então com giz num quadro de ardósia e jogava-se à bola em campos de terra batida. Parece tão distante a altura em que um doente oncológico tinha que se deslocar à capital, afastarse do carinho próximo de família e amigos, muitas vezes durante meses, para receber tratamento. Em duas décadas, o Algarve avançou e modernizou-se, procurou esbater assimetrias entre Serra e o Litoral, entre municípios,

entre sedes de concelho e populações vizinhas. Se, nestes anos, se tornou mais fácil e mais rápido circular entre Sagres e Vila Real de Santo António, também o abastecimento de água e o tratamento de esgotos já merece confiança. Há novas escolas e apetrechadas de tecnologia de ponta. Há polidesportivos. Há uma Unidade de Radioterapia. Uma transformação nascida da capacidade de trabalhar em rede. Municípios que aprenderam a dialogar e a procurar em conjunto soluções para uma terra à espera de uma regionalização ainda distante. Municípios que descobriram ser mais fortes quando sentados à mesma mesa. Essa mesa chamou-se Associação de Municípios do Algarve. Chama-se Comunidade Intermunicipal do Algarve. 20 anos de intermunicipalismo que mudaram a face da região.



Acompanhando a evolução do país, também o Algarve se foi desenvolvendo, sendo que aqui, o setor turístico foi ganhando peso depois de visitantes britânicos terem descoberto as praias da região a partir do anos 60 do séc. XX.

As terras mais a sul de Portugal, habitadas em tempos por cónios, fenícios, gregos, cartagineses, visigodos, romanos, árabes, que sempre exploraram os seus recursos e enriqueceram a sua cultura, são hoje o Algarve. Al-gharb para mouros e mouriscas, que por cá permaneceram cinco séculos e que de herança principal deixaram o nome: o ocidente... a ponta mais a ocidente do domínio europeu.

Apesar de não ser um território vasto em dimensões, 4.997 Km² de área, o Algarve divide-se em três zonas com características próprias, a Serra – do Caldeirão e de Monchique – o Litoral, que concentra a população e que, com mais de 150 quilómetros de costa, é composto por praias de areia fina e dourada num constante abraço ao Oceano Atlântico e o Barrocal, que encaixa como transição entre as duas zonas.

Nesta extensão de reservas naturais, aldeias e vilas típicas, centros urbanos, castelos e fortalezas, encontramos dezasseis municípios: Alcoutim, Aljezur, Albufeira, Castro Marim, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Monchique, Olhão, Portimão, São Brás de Alportel, Silves, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António.

Acompanhando a evolução do país, também o Algarve se foi desenvolvendo, sendo que aqui, o setor turístico foi ganhando peso depois de visitantes britânicos terem descoberto as praias da região a partir do anos 60 do séc. XX. É certo que este facto provocou alguns desequilíbrios, a população começou a mudar-se para o Litoral, onde se concentrava uma maior oferta de oportunidades, já que o que mais era procurado pelos visitantes residia na dupla sol



O poder local tinha um comboio para apanhar. Só os mais ágeis e eficientes poderiam tirar o melhor proveito da viagem de progresso

e mar. Além dos problemas que advieram da organização do território, surgem naturalmente outros resultantes da necessidade de acompanhar os progressos do tempo e de atualizar bens, serviços, infraestruturas, condições e qualidade de vida da população. Estes, sendo pontos sempre essenciais no crescimento de uma região ou país, eram sérias preocupações no Portugal do final dos anos 80 e inícios de 90 do século XX.

O país entrava no ritmo da Comunidade Económica Europeia e sofria grandes mudanças. Começou a viver-se uma época de prosperidade: a produção nacional aumentou, foram criados inúmeros

postos de trabalho, consequentemente a taxa de desemprego caiu, os salários subiram, assim como as reformas e os subsídios de desemprego, ao mesmo tempo que foram minimizadas as cargas fiscais nos rendimentos de trabalho, permitindo aumento no poder de compra e melhoria da qualidade de vida. O país progredia económica e socialmente e tinha ao seu alcance um vasto leque de incentivos europeus ao desenvolvimento e à coesão. O poder local tinha um comboio para apanhar. Só os mais ágeis e eficientes poderiam tirar o melhor proveito da viagem de progresso, de valorização ambiental e de promoção da qualidade de vida das suas gentes.



GÉNESE

Nesta conjuntura, surgia no Algarve a necessidade de estabelecer uma plataforma, não só para se fazer ouvir e se afirmar no panorama nacional, como para concertar e materializar estratégias de resolução dos problemas partilhados pelos 16 municípios da região. Porque, embora o Algarve tenha sido encarado como uma “região” distinta quase desde os tempos da Reconquista, dadas as particularidades geográficas, históricas, sociais e por fim económicas, esteve, na verdade, dividido administrativa e politicamente em autarquias dedicadas unicamente à sua área geográfica de administração.



13 de março de 1992 é fundada a Associação de Municípios do Algarve – AMAL



João Botelho



Martim Gracias

É neste esforço de definição de um modelo uníssono de perspetiva de desenvolvimento que a 13 de março de 1992 é fundada a Associação de Municípios do Algarve – AMAL. O primeiro Conselho de Administração, encabeçado pelo então presidente da Câmara Municipal de Faro, João Botelho, opera esse arranque durante cerca de sete meses. A 30 de outubro de 1992, o Conselho passa a ser liderado por Martim Gracias, o então presidente da Câmara Municipal de Portimão. A AMAL tinha então quinze associados – Aljezur não tinha ainda integrado o colégio devido a questões de ordem burocrática – e, se foi

pouco além das assinaturas que levaram à constituição, teve o mérito de sentar à mesma mesa autarcas que até aí trabalhavam pelo futuro da terra alheios aos vizinhos do lado.

Para uma associação de entidades tão relevantes quanto os municípios, é caso para dizer que o funcionamento inicial foi até bastante rudimentar. Criada a associação, faltava ainda definir a sua natureza – que competências teria? Como materializaria essa vontade de concertação? - além de que padecia de um problema ainda maior: a ausência de um espaço físico que estabelecesse os trabalhos da nova plataforma.

AFIRMAÇÃO

Com a realização de Eleições Autárquicas em dezembro de 1993, as responsabilidades da presidência ficaram a cargo de Carlos Tuta, presidente da Câmara Municipal de Monchique. O novo dirigente teve, à partida, uma vitória. Alguns meses após a tomada de posse, junta-se à associação o único município ainda não integrado, Aljezur. O colégio ficava completo.



AMAL passou a ser a segunda associação de municípios do país a contratualizar fundos comunitários

Segunda vitória: a sede da instituição, uma rocambolesca estória que nasce da cedência de um antigo edifício da Região de Turismo do Algarve (RTA). Tudo começa com a necessidade de instalar a jovem AMAL e a oportunidade criada pelo facto de aquele que era o antigo edifício da RTA estar vazio e abandonado. Serviu de “casa das autarquias algarvias” de forma limitada, durante o par de anos em que a AMAL contou apenas com duas salas de trabalho degradadas. Até que o n.º 20 da Rua General Humberto Delgado, em Faro, pudesse ser adquirido e remodelado, foi preciso procurar acordo com mais de uma dezena de herdeiros do senhorio. As obras acabaram por acontecer, re-

correndo a fundos comunitários, e até que terminassem foram instalações cedidas pelo Aeroporto Internacional de Faro a receber provisoriamente a sede associação.

Tudo isto começa a ser possível porque, com a nova administração, a associação passa a ter também um administrador-delegado. Antigo quadro da Comissão de Coordenação Regional, João Graça é designado a tempo inteiro e em exclusividade para que a instituição pudesse ter vida própria. Iniciava-se um ciclo em que a AMAL ganhava a força e a estabilidade necessárias para se afirmar junto dos seus associados e mostrar as suas mais-valias. Nesse trilho, elaborou e realizou o projeto “Apoio aos Municípios do Algarve no âm-



bito do Programa Operacional do Algarve (PROA)” e especificamente preparou 3 candidaturas a este programa para equipar os sistemas multimunicipais de limpeza, deposição e recolha de resíduos. Este investimento, na ordem dos 4,3 milhões de euros, permitiu melhorar os sistemas de recolha, aumentar os locais de deposição,

renovar a imagem dos equipamentos, aperfeiçoar a limpeza das zonas balneares e sincronizar essa atividade das autarquias com a da empresa Algar.

Estávamos em 1994 e Portugal integrava o II Quadro Comunitário de Apoio (QCA), um contrato de parceria entre o Governo e a Comunidade Europeia, que preten-



Carlos Tuta, presidente da AMAL entre 1994 e 2001



Macário Correia, presidente da AMAL entre 2001 e 2013



dia concretizar no terreno uma diversidade de programas por setor e por região, os Programas Operacionais. Até então os projetos destes programas eram geridos pela Comissão de Coordenação Regional (CCR) do Algarve. No entanto, a AMAL, que crescera, dotada de técnicos especialistas dos quais

as Câmaras Municipais careciam, propunha-se a prestar serviço direto às mesmas, facilitando a comunicação entre si e fazendo uma triagem dos projetos. O plano foi aprovado pela CCR Algarve e a AMAL passou a ser a segunda associação de municípios do país a contratualizar fundos comunitá-



(clicar para ver video on-line)

Francisco Leal, administração da AMAL desde 1995



(clicar para ver video on-line)

Francisco Amaral, administração da AMAL desde 1998



Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional do Algarve (PEDRA)



Plano de Investimentos Municipais da Região do Algarve (PIMRA)

rios, caminhando, neste sentido, ao lado da Associação de Municípios do Oeste (Caldas da Rainha).

Em 1996, o próprio ministro do Equipamento, Planeamento e Administração do Território João Cravinho apadrinhava a assinatura da contratualização do QCA II, dando assim total liberdade à AMAL para gerir, analisar candidaturas, decidir e aprovar todos os projetos envolvidos no Subprograma A do PROA. No rol de vitórias, esta é vista como a terceira e provavelmente a mais importante. Além de trazer para as autarquias o planeamento da aplicação dos apoios comunitários, passou a dotar os autarcas de uma capacidade de negociação que até então era inexistente.

Neste enquadramento, a AMAL começa a assumir um papel preponderante na definição do futu-

ro da região, que se veio a enraizar em discussões determinantes com a tutela, como foi o caso da localização dos aterros sanitários e dos sistemas de saneamento básico. Veio já em 1999 a lançar o Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional do Algarve (PEDRA) e o Plano de Investimentos Municipais da Região do Algarve (PIMRA), dois documentos orientadores e cruciais para o enquadramento do Programa Operacional do Algarve, em sede do QCAIII. Com os autarcas sentados à mesma mesa, foi ainda possível chamar à AMAL verbas provenientes da exploração dos casinos, através da gestão do Programa de Investimento Público de Interesse Turístico para o Algarve (PIPITAL), ou até mesmo do programa de iniciativa comunitária Interreg, com a criação da

Abria-se um novo capítulo que a instituição se vinha esforçando por dar a conhecer.

Associação de Municípios Algarve-Huelva.

Além da associação passar a ter nas mãos boa parte dos instrumentos que permitiram dar resposta às necessidades da região, ficou ainda dotada de conhecimento técnico capaz de sustentar decisões políticas e de lançar novas ideias. O rol de projetos em mãos, inclusive de formação de quadros autárquicos, gerou crescimento interno, consolidado depois pelo enquadramento dos seus funcionários no regime de contratação equiparado à Função Pública. Esta mudança – que até parece natural – foi, de fato, uma vitória que teve génese precisamente na AMAL.

A associação mobilizou as diferentes associações de municípios do país nessa reivindicação, tendo inclusive encabeçado um grupo de trabalho que reuniu com os

diferentes partidos políticos com assento parlamentar e veio depois a integrar os trabalhos de alteração legislativa.

Nascia também a vocação para impulsionar respostas às lacunas deixadas pela administração central. Lança-se a ideia de instalar no Algarve uma Unidade de Radioterapia, ao mesmo tempo que se dá suporte à criação de uma orquestra regional. Abria-se um novo capítulo que a instituição se vinha esforçando por dar a conhecer. E nessa senda, juntou uma comitiva de autarcas e meia centena de empresários para promover a cultura e a economia regionais em Macau, em 1997, bem como garantiu representação num dos mais marcantes eventos de afirmação do país no estrangeiro, a Grande Feira Internacional de Lisboa Expo 98.



CONSOLIDAÇÃO

Com as eleições autárquicas de dezembro de 2001, o equilíbrio de forças políticas altera-se no panorama autárquico regional e a AMAL encontra um novo presidente em José Macário Correia, presidente da Câmara Municipal de Tavira. O novo milénio trouxe também, devido a uma alteração legislativa, uma nova designação: Grande Área Metropolitana do Algarve, que viria novamente a ser alterada, em 2008, para Comunidade Intermunicipal. Estas foram mudanças semânticas que não provocaram alterações de monta na constituição, princípios e valores da AMAL.



De facto, em termos de estrutura e organização, a Comunidade Intermunicipal continua com a mesma hierarquização. Na celebração dos seus 20 anos, é constituída por um órgão deliberativo – Assembleia Intermunicipal, composta por membros das As-

sembleias Municipais, e um órgão executivo – Concelho Executivo, formado por todos os presidentes de Câmara do Algarve.

Em todo o processo, assume particular importância o pessoal que a compõe. 17 técnicos que surgem enquadrados em equipas

Reunião do Concelho Executivo, Maio 2013



Técnicos da AMAL, 2013



multidisciplinares que continuam a ser coordenadas pela mesma administração executiva e que, no fundo, são o garante da dinâmica da instituição e dos projetos que esta abraça. São eles quem pre-

para os termos das discussões políticas e são também eles os que identificam oportunidades e debilidades. Se a AMAL veio a ser capaz de potenciar a força decisória dos autarcas algarvios, muito se

João Graça, secretário
executivo da AMAL,
(administração desde
1994)



ficou a dever à preparação técnica e à dedicação das pessoas que nela trabalham.

A Comunidade Intermunicipal pretende desenvolver e promover a região e reafirmar a sua identidade, sendo peça fundamental para a elaboração de projetos que têm em vista a evolução e o crescimento sustentável do Algarve.

A nova era da instituição começa com uma discussão importante e que na prática veio demonstrar os benefícios de uma única voz entre os autarcas: o Estádio Algarve. Importante infraestrutura desportiva, única na região capaz de albergar grandes eventos de caráter internacional, garantiu um palco na mais mediática competição

A nova era da instituição começa com uma discussão importante e que na prática veio demonstrar os benefícios de uma única voz entre os autarcas

desportiva alguma vez realizada em Portugal. É que, embora o projeto tenha nascido da iniciativa dos Municípios de Faro e de Loulé, a verdade é que a construção de diversas estruturas de apoio dependia da afetação de fundos comunitários, os quais tiveram que ser “cedidos” por todas as autarquias da região, tendo em conta o interesse transversal de ter no Algarve um dos palcos do Euro 2004.


É neste espírito empreendedor e de entendimento consolidado que nasce a Ecovia do Litoral, ou até mesmo o suporte à ideia de criar a Unidade de Saúde Mental. Conclui-se a luta travada desde a anterior presidência para a instalação de uma Unidade de Radio-

terapia na região, que evitasse deslocações morosas e dispendiosas aos doentes oncológicos algarvios. E em resposta aos desafios da própria atividade autárquica, a vocação para encontrar soluções comuns foi ainda vincada na formação profissional de técnicos, no estabelecimento de uma rede digital e de bases de dados transversais e até na aquisição de cartografia que servisse de base à preparação da revisão dos Planos Diretores Municipais.

Em cada passo do seu percurso, a AMAL consagrou-se, prestigiou-se e assumiu-se como um parceiro indispensável para instituições públicas e particulares. E assim a ideia de casa das autarquias do Algarve



consolidou-se, até porque a força da união de autarcas continuou a impulsionar soluções comuns, cuja resolução padecia até então de entidade competente para a promo-

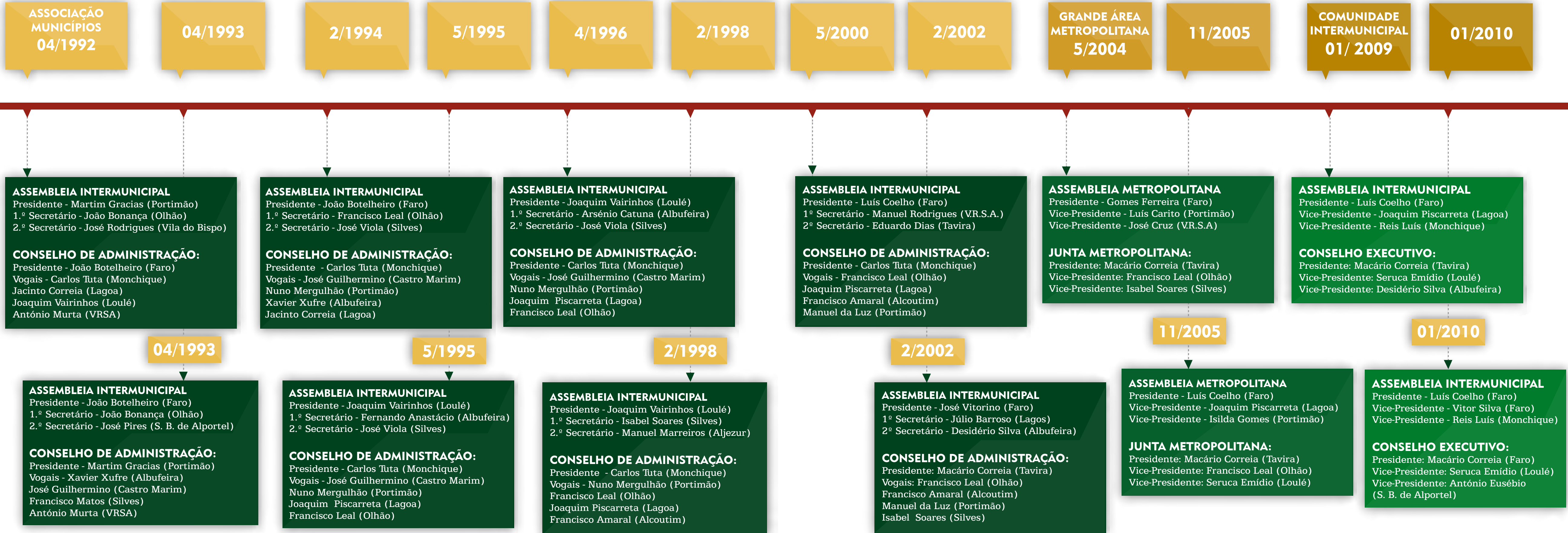
ver. Disso mesmo é exemplo as medidas de prevenção de incêndios florestais, que entre 2005 e 2011, beneficiou de projetos como o OCR Incendi e o Pyrosudoe. 

Orgãos Sociais 1992 - 2013






ORGÃOS SOCIAIS 1992 - 2013





OS PILARES





A ideia base de funcionar de e para os municípios algarvios, numa constante perspetiva de melhorar e facilitar a comunicação entre os mesmos, promovendo a coesão e o desenvolvimento da região foi sempre o lema da Comunidade Intermunicipal. Ao longo dos seus 20 anos impulsionou e esteve envolvida em inúmeros projetos, tendo também oportunidade de se dedicar de especial forma a alguns, que constituem hoje as estruturas fundamentais do seu funcionamento.



FUNDOS COMUNITÁRIOS CONTRATUALIZAÇÕES

Vivia-se a última década do século XX e o Algarve, depois do boom turístico e económico, ainda carecia de infraestruturas que melhorassem a qualidade de vida dos seus habitantes e facilitasse a estadia dos seus turistas. Até então, a gestão dos fundos comunitários que serviam a estratégia de coesão regional eram geridos pela então denominada CCR. Cada autarquia negociava de forma isolada a aplicação desses fundos, desprovidas de conhecimento técnico que lhes permitisse uma melhor potenciação dos recursos colocados à sua disposição.



A ajuda na formulação de candidaturas, a consultoria técnica nos processos de decisão e até a triagem de projetos alavancou o peso do poder local

Na prática, os autarcas, embora com maior consciência do território, estavam afastados do centro de decisão, razão pela qual a AMAL estabelece um projeto de apoio técnico às Câmaras Municipais. A ajuda na formulação de candidaturas, a consultoria técnica nos processos de decisão e até a triagem de projetos alavancou o peso do poder local e, em última instância, o efeito multiplicador dos apoios na região.

O arranque do modelo de aplicação dos fundos estruturais para o período entre 1994 e 1999, o Quadro Comunitário de Apoio II, deu-se mais ou menos no mesmo enquadramento, mas foi o próprio Governo quem veio a reconhecer que as autarquias só poderiam me-

lhorar os resultados. E foi assim que a Administração Central deliberou contratualizar com a AMAL a gestão do Subprograma A, do Programa Operacional do Algarve, em 1996. Com este processo a então CCR transferiu a responsabilidade de administração de verbas no valor de 36,6 milhões de euros, tanto na gestão técnica, como na administrativa e financeira.

O desenvolvimento equilibrado dos vários municípios e a coesão da região eram o objetivo desta contratualização e, neste sentido, incidu-se no incremento das infraestruturas de apoio ao desenvolvimento local. Nasceram estradas, pontes, caminhos, ligando o Litoral à Serra e, em muitos casos, melhorando os acessos às sedes



Ao todo, este conjunto de medidas permitiu um investimento comunitário na região de 112 milhões de euros

de concelho. Alargaram-se e melhoraram-se redes de esgotos e de abastecimento de água, fez-se da eficiência na limpeza urbana prática corrente em cada município. Ergueram-se bibliotecas, jardins de infância, piscinas e complexos desportivos a pensar na qualidade de vida dos algarvios, ao mesmo tempo que alguns centros históricos e zonas urbanas degradadas ganharam nova cara.

Neste esforço de dotar a região de infraestruturas que melhorassem a qualidade de vida dos algarvios e simultaneamente a qualificassem enquanto destino turístico, foi possível ainda beneficiar da contribuição das receitas dos casinos algarvios. Estas verbas, até então dependentes da

decisão da administração central, passaram a ser geridas num modelo concertado pelas autarquias, enquadrado no Programa de Investimentos Públicos de Interesse Turístico para o Algarve, cujo protocolo de formação partiu da AMAL.

Inspirado pela Agenda 2000 da Comissão Europeia, o Quadro Comunitário de Apoio III surge com o maior apoio estrutural ao país e conseqüentemente à região. Dada a boa experiência na transferência da gestão de parte do QCA II para a AMAL, o modelo repetiu-se no período 2000-2006, através da contratualização de três medidas dedicadas a infraestruturas de requalificação territorial, equipamentos coletivos e saneamento



O Quadro Comunitário de Apoio dá lugar ao Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN)

básico. Ao todo, este conjunto de medidas permitiu um investimento comunitário na região de 112 milhões de euros seguindo o Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional do Algarve e o Plano de Investimentos Municipais da Região do Algarve, importantes instrumentos de planeamento criados em sede da AMAL por forma a conseguir conquistar maior verba e simultaneamente maior poder de decisão.

Com os autarcas não só a conversar e a pensar a região de forma concertada, como a agilizar os mecanismos que auxiliavam a estratégia, foi possível concluir intervenções urbanas profundas em cidades, vilas e aldeias. Terreiros deram lugar a praças, ruas ape-

raltaram-se para impulsionar o comércio e baldios acolheram modernos parques de feiras. A nova dotação financeira permitiu continuar o investimento em acessos e em saneamento básico, da mesma forma que foi possível erguer novas escolas, pavilhões, bibliotecas e outros equipamentos culturais.

A política comunitária de coesão económica e social conheceu, ainda assim, algumas alterações no pacote que incidiu sobre o período 2007-2013. O Quadro Comunitário de Apoio dá lugar ao Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), que constitui o enquadramento de referência para a aplicação da política comunitária em Portugal.

Tendo em conta a eficiência, a efi-



Imagens de algumas das obras financiadas pelos fundos comunitários

cácia e a experiência comprovadas na aplicação dos fundos, a AMAL contratualizou com a Autoridade de Gestão do Programa Operacional do Algarve, no caso a CCDR, 25 milhões de euros provenientes do FEDER para projetos dos municípios no âmbito da requalificação da rede escolar do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar, um esforço de investimento que absorveu quase dois terços da dotação financeira disponível com o objetivo de

garantir períodos letivos de dia inteiro e ainda a promoção de ações de valorização e qualificação ambiental e da mobilidade territorial. Para fazer chegar o programa de requalificação escolar mais longe, nomeadamente às freguesias rurais, foi criada uma dotação financeira de 7 milhões de euros, provenientes do FEADER. Tratou-se de uma alocação de fundos excepcional aprovada para o Algarve, depois de proposta e insistência da AMAL.





CONCERTAÇÃO MUNICIPAL

É, por assim dizer, a razão de ser da AMAL. Encontrar caminhos comuns, quando as respostas espartilhadas são incapazes de defender o interesse de toda a região. É claro que a concertação não se gera espontaneamente e, para a construir é na maioria das vezes necessário trilhar longas e penosas discussões que, por mais quentes que se tornem, resultam quase sempre na melhor opção para a região.

O Algarve, que vivia das praias, manchava a reputação pela carga poluente que não conseguia tratar.

Uma das primeiras e talvez das mais acesas foi a conceção dos sistemas intermunicipais de abastecimento de água, em meados dos anos 90. Cada município geria a sua rede, recorrendo a mais de 170 captações públicas, em muitos casos sobre-exploradas e que ameaçavam a saúde dos aquíferos. Sem a dimensão que lhes conferisse capacidade de gestão e sem controlo efetivo do que era feito, sofria a qualidade do serviço. Cenário semelhante era encontrado no saneamento. O Algarve, que vivia das praias, manchava a reputação pela carga poluente que não conseguia tratar. A solução passava pelo acesso a fundos comunitários para conceber sistemas intermunicipais adequados à

exigência de uma região turística. Foi preciso vencer interesses locais e negociar com a tutela contrapartidas de investimento para dar luz verde à criação dos vários sistemas, que, mais tarde, vieram a dar lugar à empresa Águas do Algarve.

O perfil de interface de todas as dimensões do poder à região assumiu particular relevo quando em 1996 se definiu como objetivo ambiental do país o encerramento de todas as lixeiras municipais para dar lugar aos modernos e ambientalmente mais sustentáveis aterros sanitários e, por fim, no caso algarvio, à empresa Algar. Entre os municípios que se recusavam a albergar um aterro e os que faziam questão de o ter, o consenso só foi



Nem sempre é fácil abrir mão de alguma coisa pelo benefício comum. Principalmente de obra visível aos eleitores, ou melhor, da possibilidade de erguer nova obra no concelho.

encontrado ao fim de longos debates e de negociações de bastidores com o Ministério do Ambiente. No final, uns ficaram mais felizes que outros – Portimão, por exemplo, conseguiu garantir investimento na zona ribeirinha da cidade por se oferecer para receber o Aterro Sanitário do Barlavento – mas é incontornável o benefício ambiental que toda a região colheu ao dar encaminhamento apropriado aos resíduos sólidos urbanos.

Nem sempre é fácil abrir mão de alguma coisa pelo benefício comum. Principalmente de obra visível aos eleitores, ou melhor, da possibilidade de erguer nova obra no concelho. Mas foi preciso que 14 dos municípios do Algarve tivessem feito isso mesmo – abdi-

car da possibilidade de aceder a parte da dotação de fundos comunitários para os seus concelhos – para que se construísse o Estádio Algarve na raia entre Faro e Loulé e assim a região pudesse figurar entre as anfitriãs do maior evento internacional que o país acolheu nos últimos anos. Não o fizeram de ânimo leve. Depois de declarações públicas contrárias à ideia, o assunto teve que ser devidamente digerido em reuniões de emergência da Assembleia Intermunicipal, para que as infraestruturas do Parque das Cidades pudessem, por fim, absorver uma fatia de leão do Programa Operacional do Algarve.

Essa mesa de discussão tornou-se vital para a região e, aos pou-



A associação também passou a integrar os grandes grupos de trabalho em matéria de mobilidade e transportes, tendo contribuído para a Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária

cos, discussões que antes tinham lugar em diversos organismos desconcentrados da administração pública migraram para o n.º 20 da Rua General Humberto Delgado. Foi assim na revisão dos planos de ordenamento da orla costeira. Foi também assim na revisão do Plano Regional de Ordenamento do Território. Num Algarve de território limitado, só o entendimento entre municípios poderia gerar uma equilibrada distribuição dos núcleos de desenvolvimento turístico e económico previstos no documento. A mesma perspetiva fez com que um técnico da AMAL passasse a integrar a Comissão da Reserva Agrícola do Algarve em representação dos municípios do Algarve, participando nas reu-

niões mensais para apreciação dos pedidos de ocupação de solo agrícola. A associação também passou a integrar os grandes grupos de trabalho em matéria de mobilidade e transportes, tendo contribuído para a Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária, para o Plano de Promoção da Bicicleta e dos Modos Suaves e a Carta da Mobilidade Ligeira. Participou nas alterações ao Código da Estrada e interveio junto da tutela em assuntos como a redução da subconcessão Algarve Litoral, os transportes escolares e o fim do regime de isenção da A22.

O perfil de palco de encontro acaba por misturar-se com o de apoio técnico que a AMAL desempenha para os municípios. Sendo a região



Na busca por oportunidades para os municípios do Algarve, a AMAL somou também experiência no diálogo com outras regiões

um todo gerido por 16 Câmaras Municipais, é importante que todas elas tenham a consciência do que a rodeia. E é por isso que anualmente a associação desenvolve um conjunto de estudos e trabalhos de suporte à tomada de decisão. É o caso dos tarifários de águas, saneamento, recolha e deposição de resíduos, dos quais é feita uma análise comparativa com vista à harmonização de preços praticados. Tem sido também o caso das taxas fixadas por cada um dos municípios em matéria de Imposto Municipal sobre Imóveis, Derrama e Participação Variável no IRS. E porque muitas vezes é de recursos que depende a adoção

de políticas de dinamização do território, os técnicos da AMAL dão a conhecer outras fontes de financiamento às quais os municípios podem aceder, quando os fundos comunitários afetos à região não são suficientes.

Na busca por oportunidades para os municípios do Algarve, a AMAL somou também experiência no diálogo com outras regiões, tendo participado num vasto leque de projetos cofinanciados por programas de cooperação transfronteiriça, como foi o caso da Rede Europeia de Voluntariado Social e da Promoção dos Espaços Naturais do Algarve e da Andaluzia.



FORMAÇÃO

Do edital à mensagem por telemóvel, das longas esperas à decisão na hora, do “passe ao outro balcão” à resposta pronta, o relacionamento dos municípios com os cidadãos sofreu uma profunda evolução nos últimos anos. A par dos processos de modernização administrativa auxiliados pelas novas ferramentas digitais, a aposta em recursos humanos mais qualificados, esclarecidos e atualizados tem vindo a produzir um perfil de serviços municipais próximo, rápido e eficiente. Sinal do tempo em que esse fator passou a ser determinante para a competitividade territorial, nasce a vocação qualificadora da AMAL, como resposta comum dos municípios ao objetivo de qualidade no serviço prestado aos cidadãos.



Agosto de 2003, data de acreditação da AMAL como entidade formadora, marcou a viragem na capacidade de resposta da instituição à necessidade de atualização de recursos humanos autárquicos.

Essa missão começou em 1998 e, ciente da importância da formação como instrumento qualificador, veio a obter a acreditação como entidade formadora cinco anos depois.

A formação promovida deu aos trabalhadores das autarquias algarvias a oportunidade de adquirir melhores conhecimentos, mais competências e teve também a particularidade de promover a partilha de experiências. Os funcionários das autarquias algarvias passaram a dispor de meios reforçados para melhor acompanhar as mais recentes atualizações legislativas. Aprenderam a bem acolher quem os procura e até a aperfeiçoar a comunicação na língua inglesa. Do executivo ao ope-

racional, todos encontraram formas de melhor desempenhar as suas funções em contexto de exigência. E certificaram-se as competências de motoristas, preparados funcionários escolares para boas práticas de higiene e segurança e de primeiros-socorros, da mesma forma que foram dadas competências para estagiários da Administração Local.

Agosto de 2003, data de acreditação da AMAL como entidade formadora, marcou a viragem na capacidade de resposta da instituição à necessidade de atualização de recursos humanos autárquicos. Entre 2003 e 2007, nove candidaturas ao Programa de Formação para as Autarquias Locais levaram desde logo à realização



Nos três anos que se seguiram, mesmo sem existência de financiamento comunitário, a AMAL realizou 42 atividades formativas, prosseguindo assim a sua missão.

de 159 ações de formação contínua. Foi neste período que uma ação inovadora permitiu reduzir em média um mês no tempo de espera por uma vistoria de segurança contra incêndios em pequenos estabelecimentos públicos. Para colmatar a dificuldade dos Bombeiros em dar resposta a todos os pedidos, formaram-se funcionários autárquicos no sentido de serem habilitados para o efeito.

Nos três anos que se seguiram, mesmo sem existência de financiamento comunitário, a AMAL realizou 42 atividades formativas, prosseguindo assim a sua missão.

Já em 2010, a AMAL veio a obter a aprovação de uma candidatura ao Programa Operacional de Potencial Humano, através do

qual realizou 307 ações de formação até outubro de 2012, as quais abrangeram 5000 formandos. As ações promovidas abarcaram as mais variadas temáticas relacionadas com o poder local, nomeadamente nos diferentes regimes jurídicos que norteiam a atividade administrativa, motivação, gestão de projetos, higiene e segurança no trabalho, sistemas de informação geográfica e novas ferramentas informáticas. Esta última área de formação assumiu particular destaque numa altura em que os municípios procuravam absorver todas as ferramentas digitais que agilisassem procedimentos. A própria AMAL acabou por negociar com a Microsoft um acordo para o licenciamento de software para



as autarquias, dando lugar, entre outras, a plataformas de “Citizen Relationship Management”, que implicaram um vasto leque forma-

tivo para adaptar os funcionários ao novo fluxo de informação. Um trabalho que persegue o objetivo infinito de construir o amanhã.





CENTRAL DE COMPRAS



CENTRAL DE COMPRAS
Implementação e principais resultados

Se só em papel de fotocópia e em tinteiros para impressoras é possível poupar 100 mil euros, quanto poderiam poupar os 16 municípios se comprassem em conjunto tudo aquilo de que precisam? A pergunta surgiu em jeito de desafio quando a AMAL olhou para os resultados do projeto piloto de aquisição coletiva de bens em dois leilões eletrónicos realizados em 2007. O teste comprovava as vantagens de os municípios estarem juntos, até nas compras.

A poupança ascendeu aos 420 mil euros, 32% abaixo do valor base.

No ano seguinte, a comunidade intermunicipal adquiria uma plataforma de compras eletrónicas, divulgava a ideia aos municípios e realizava ações de formação, para que em 2009 já não fossem só o papel e os consumíveis de informática, mas também os produtos de higiene e limpeza e material de economato das autarquias a serem comprados em conjunto, em leilão. A poupança ascendeu aos 420 mil euros, 32% abaixo do valor base.

A ideia de criar uma plataforma comum de compras ganhou pernas e adeptos entre os municípios algarvios que, em janeiro de 2010, em assembleia intermunicipal, aprovavam a constituição da Central de Compras da Comunidade

Intermunicipal do Algarve, agregando os 16 municípios e as entidades do setor empresarial local. O sistema de negociação e contractualização centralizado passou a celebrar acordos quadros, através dos quais a central de compras, mediante concursos, seleciona fornecedores e fixa, por exemplo, preços máximos ou mínimos e prazos de pagamento e de entrega a estabelecer individualmente por cada um dos municípios.

Este formato representou mais de 3,6 milhões de euros das compras efetuadas entre 2011 e janeiro de 2013, incluindo bens tão variados como quadros interativos para escolas do Ensino Básico, licenciamento de software, sinalética e marcação de estradas,




Os resultados do projeto despertaram o interesse da Associação Nacional de Municípios, que destacou o pioneirismo da AMAL no processo que fez questão de divulgar e fomentar junto de organizações congéneres em todo o país

plataformas eletrónicas de contratação pública e diversos veículos e equipamentos de proteção civil. A Central de Compras veio ainda a alargar-se a outros bens e serviços, tendo especial destaque os acordos quadro celebrados com a EDP e com a GALP, para fornecimento de energia elétrica e combustíveis.

Os resultados do projeto despertaram o interesse da Associação Nacional de Municípios, que destacou o pioneirismo da AMAL no processo que fez questão de divulgar e fomentar junto de organizações congéneres em todo o país, atendendo a que as competências das comunidades intermunicipais deixaram de ter um papel apenas representativo para poder assumir

-se como estruturas empresariais em defesa dos associados.

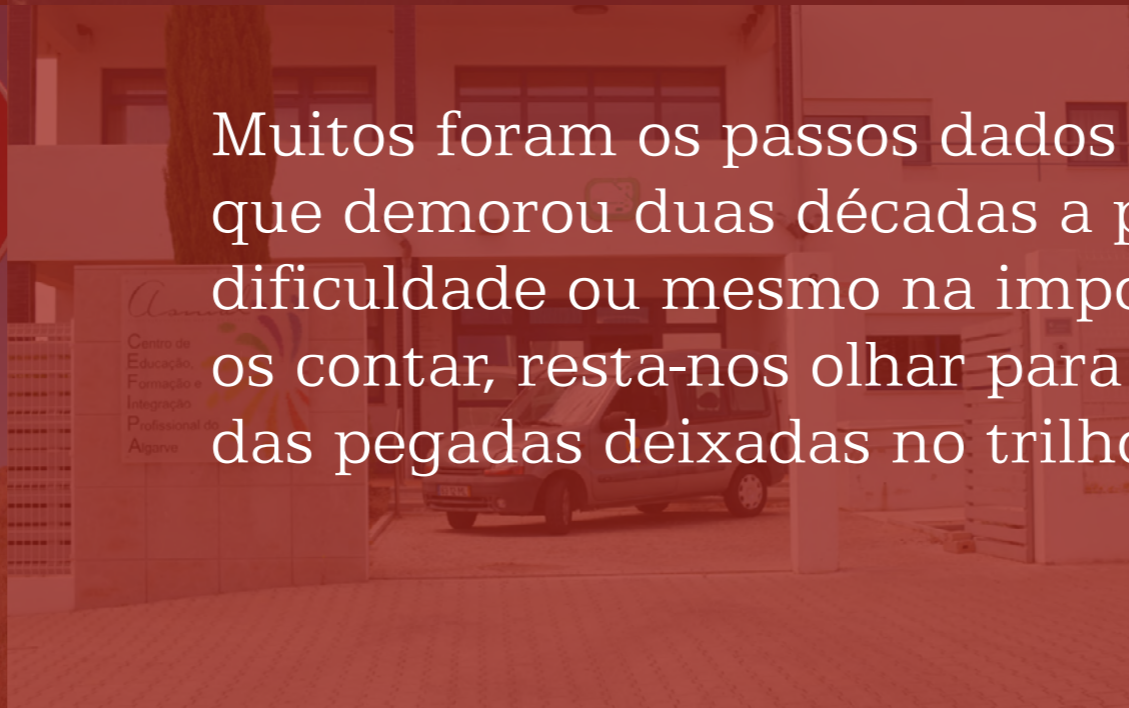
Mas, face à flutuação de preços, a AMAL chegou à conclusão de que havia vantagens para os municípios no alargamento da central a uma plataforma de negociação centralizada, na qual são as próprias empresas potencialmente fornecedoras a comunicarem as suas melhores condições de venda de bens e serviços. Esta rede de fornecedores, categorizada e gerida pela AMAL, surge sob a forma de um Portal de Preços, onde são as próprias empresas a fazerem a sua melhor oferta para que depois as câmaras municipais decidam se querem ou não comprar. 





AS MARCAS DEIXADAS





Muitos foram os passos dados neste percurso que demorou duas décadas a percorrer. Na dificuldade ou mesmo na impossibilidade de os contar, resta-nos olhar para trás à procura das pegadas deixadas no trilho.



A Rede Intermunicipal de Informação ao Consumidor e Resolução de Conflitos de Consumo, em conjunto com a Câmara Municipal

- Apresentar um pedido de informação sobre questões de consumo.
- Apresentar Reclamações sobre questões de consumo, que resultem da compra de bens ou serviços em que se sinta lesado ou em que os seus Direitos como consumidor não tenham sido respeitados.

- Responde aos pedidos de informação.
- Resolve extrajudicialmente os conflitos de consumo, pela via da mediação e arbitragem.

CIMAAL
Centro de Informação, Mediação e Arbitragem de Conflitos de Consumo do Algarve



SEMANA EMPRESARIAL DO ALGARVE EM MACAU

Turistas, casinos e imobiliário. Macau e o Algarve tinham isso em comum e um apetite simultâneo de se descobrirem, mesmo, ou talvez por isso mesmo, sendo pontos opostos do globo e na iminência de ficarem ainda mais afastados com a transferência de Macau para a soberania da República Popular da China. Sem uma estrutura administrativa regional, foi a AMAL, mais uma vez, a preencher esse espaço. E ao lado de um algarvio de Lagoa, General Rocha Vieira, último Governador de Macau, rumou a Oriente, com empresários e autarcas, para abraçar a pequena península asiática.

A região mostrava o seu potencial, as características que fazem dela uma região turística excepcional, mas simultaneamente vanguardista.

Cinquenta e um empresários, 28 autarcas e o então secretário de Estado do Desenvolvimento Regional Adriano Pimpão partiram do Algarve em março de 1997, à procura de oportunidades e de olho no potencial de investimento dos que operavam em Macau. Foram recebidos com a Dança do Dragão, tradicional espetáculo de bom augúrio que abria a Semana do Algarve no Centro de Atividades Turísticas. A região mostrava o seu potencial, as características que fazem dela uma região turística excepcional, mas simultaneamente vanguardista. Uma faixa que engloba mar, Litoral, Barrocal e Serra capaz de produzir não só os afamados frutos secos, mas também peixe e crustáceos, vinho, licores e água termal. Isso mesmo ficaram a conhecer os empresários asiáticos, que puderam de-

pois sentarse à mesma mesa que os congéneres algarvios. Primeiro, os do setor imobiliário, depois os do turismo e, por fim, os agroalimentares, incentivados pelo apoio que o Governo de Macau prometeu dar àqueles que quisessem estabelecer acordos bilaterais. Desta ponte nasceu, por exemplo, o primeiro episódio de exportação dos licores Brandy Mel e de vinhos das cooperativas algarvias para Macau, ficando a porta aberta a muitos negócios como a robusta indústria da cortiça.

A missão empresarial algarvia foi vista pelo próprio governador como “um abraço a Macau” na iminência da despedida portuguesa do território. Porque o fim de algo não tem necessariamente de significar conclusão, o Algarve deixou uma marca em Macau a pensar no início de um novo ciclo.



AREAL

Recarregar as baterias de um buggy aproveitando o sol que brilha sobre um campo de golfe, ou simplesmente substituir lâmpadas de vapor de mercúrio pelas de vapor de sódio no sistema de iluminação pública são exemplos de medidas que, aos poucos, têm reduzido os gastos e diminuído a pegada de carbono dos municípios e dos principais agentes económicos, mas principalmente têm tornado o consumo de energia mais sustentável na região.



Esse tem sido, de resto, o que move, desde 2000, a Agência Regional de Energia do Algarve (AREAL).

A criação da agência foi impulsionada pela AMAL numa altura em que a região dispunha de um Plano Regional de Energia, mas não tinha nenhuma entidade que o atualizasse e olhasse pela sua execução. Aproveitando o SAVE II, o programa comunitário de eficiência energética da União Europeia, a AMAL propôs-se a criar a agência numa candidatura em que envolveu ainda outras duas, uma na Alemanha e outra na Bulgária. Com o apoio do Centro para a Conservação de Energia e de mais de uma dezena de entidades públicas e privadas, nascia a AREAL com o desígnio de dotar a região de conhecimento técnico que lhe permitisse ser mais eficiente no

uso e mais inteligente no aproveitamento das cerca de 3 mil horas de sol anuais, do vento que sopra quase todo o ano em zonas como Vila do Bispo ou da muita biomassa produzida por turistas e que reserva em si potencial energético.

A primeira pedrada no charco foi dada em 2004, com a publicação da Grelha Matriz dos Consumos Energéticos dos Concelhos do Algarve, onde se pôs a nú o caminho insustentável da escalada do consumo energético regional. Ao mesmo tempo, uma campanha era lançada para fomentar a utilização de energias renováveis e novas tecnologias de construção. Autarquias, hotéis, indústrias e até particulares tinham um papel a desempenhar e passaram a encontrar na AREAL o parceiro capaz de identificar medidas para maior eficiência. Foram realizadas



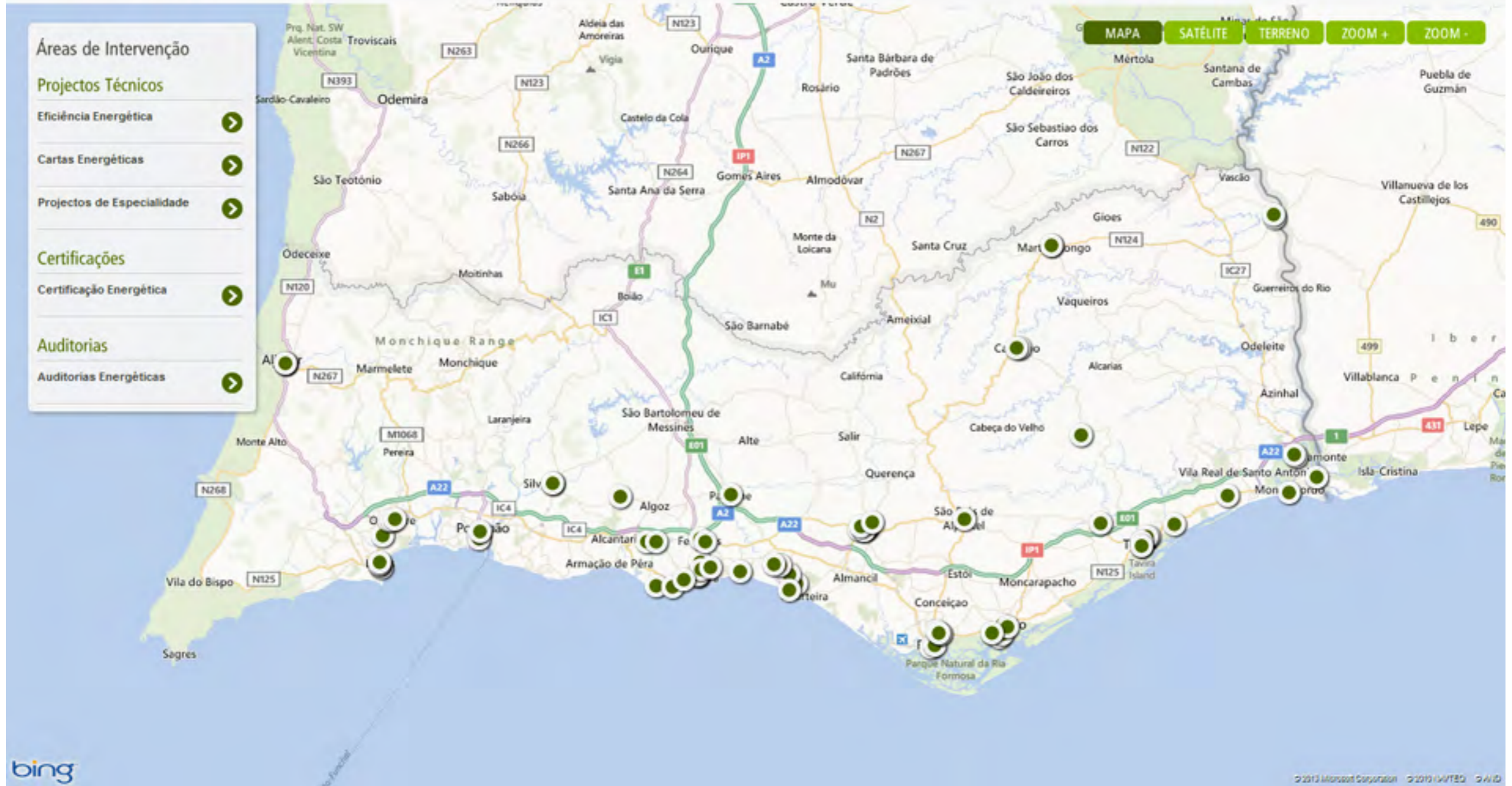
a AREAL cimentou-se na região onde é vista cada vez mais como um parceiro, seja de hotéis, parque de diversão ou outros operadores de turismo

dezenas de auditorias energéticas a edifícios públicos e privados; as redes de iluminação pública municipais foram passadas a pente fino e tornadas mais eficientes através de reguladores de fluxo e de colocação de lâmpadas de baixo consumo; pensou-se como eliminar desperdícios de energia nos transportes públicos municipais; e, para impulsionar a geração de energia renovável, foram feitos os mapeamentos eólico, solar e da biomassa do Algarve.

Porque muito havia e há para fazer, foram ainda elaboradas cartas energéticas municipais, onde são referenciados em mapas geográficos e fotográficos todos os elementos energéticos das insta-

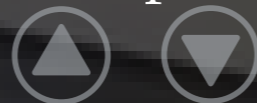
lações municipais para melhor gestão de consumos. Um outro projeto permite monitorizar os consumos energéticos de edifícios públicos via internet. E já em sede do Programa Operacional 21, realizou candidaturas de oito concelhos algarvios para reduzir em quase 30% os consumos das respectivas redes de iluminação pública, ao mesmo tempo que estuda novos modelos de mobilidade urbana. Com tudo isto, a AREAL cimentou-se na região onde é vista cada vez mais como um parceiro, seja de hotéis, parque de diversão ou outros operadores de turismo, para implementar a produção e consumo de energias “limpas” e renováveis.





UNIDADE DE RADIOTERAPIA DO ALGARVE

Podia ter sido um caso em que a união dos municípios se manifestava apenas no plano financeiro. Com o critério de contribuir com um euro por cada habitante, as 16 Câmaras Municipais conseguiram reunir 681 mil euros num investimento total de dois milhões necessário à construção de uma unidade de radioterapia no Algarve. Mas, para poupar os doentes oncológicos algarvios a deslocações morosas e dispendiosas a Lisboa e, em muitos casos, permitir o acesso a este tipo de tratamento, a AMAL teve que ir muito além do acordo de participação assinado em 2001 com a Associação Oncológica do Algarve. A concertação teve que escalar o plano político para ultrapassar contrariedades que nunca tiveram o conformismo regional e que acabaram também por nunca ter explicação.



Ainda assim, foi preciso esperar até junho de 2006 para que a dura batalha de palavras, de procedimentos administrativos e até de ameaças pudesse ser vencida

A história do que veio a ser uma longa batalha contra o centralismo começa em 2000, pouco depois da AMAL ter abraçado o projeto do então presidente da Associação Oncológica do Algarve, Santos Pereira, e que prometia dar aos algarvios acesso a um tipo de terapêutica usada em mais de 60 por cento dos casos de cancro. Do Ministério da Saúde, surgem reticências. Primeiro pela voz de Manuela Arcanjo, para quem o projeto cofinanciado pelos municípios algarvios continha riscos para a saúde dos doentes que poderiam advir do manuseamento do equipamento. Depois, com a mudança da titularidade da pasta, foi o novo ministro Correia de Campos a avançar com a possibilidade de optar por outro projeto. Não res-

tou outra alternativa aos autarcas e à Associação Oncológica que não o confronto. Ambos os governantes enfrentaram duras críticas dos presidentes das Câmaras algarvias, que, independentemente da cor política, defenderam a qualidade técnica do projeto e a pertinência do investimento.

Ainda assim, foi preciso esperar até junho de 2006 para que a dura batalha de palavras, de procedimentos administrativos e até de ameaças pudesse ser vencida e por fim ver os primeiros pacientes a encontrar uma nova esperança na batalha pessoal contra o cancro. No espaço de um ano, o primeiro bunker de administração de tratamento recebia 80 pacientes por dia, em plena ocupação das 8h00 às 21h00.



Entrevista
com Santos Pereira
sobre as dificuldades
da implementação
do projecto



(clicar para ver
video on-line)





ECOVIA DO LITORAL

Do misticismo do Cabo de São Vicente à majestosa foz do Guadiana, a viagem, sobre duas rodas, é reveladora do esplendor da região. São 214 quilómetros pelas terras, pelas gentes, pela natureza e pela beleza do Litoral Algarvio numa via amiga do ambiente, a maior que o país alguma vez projetou.



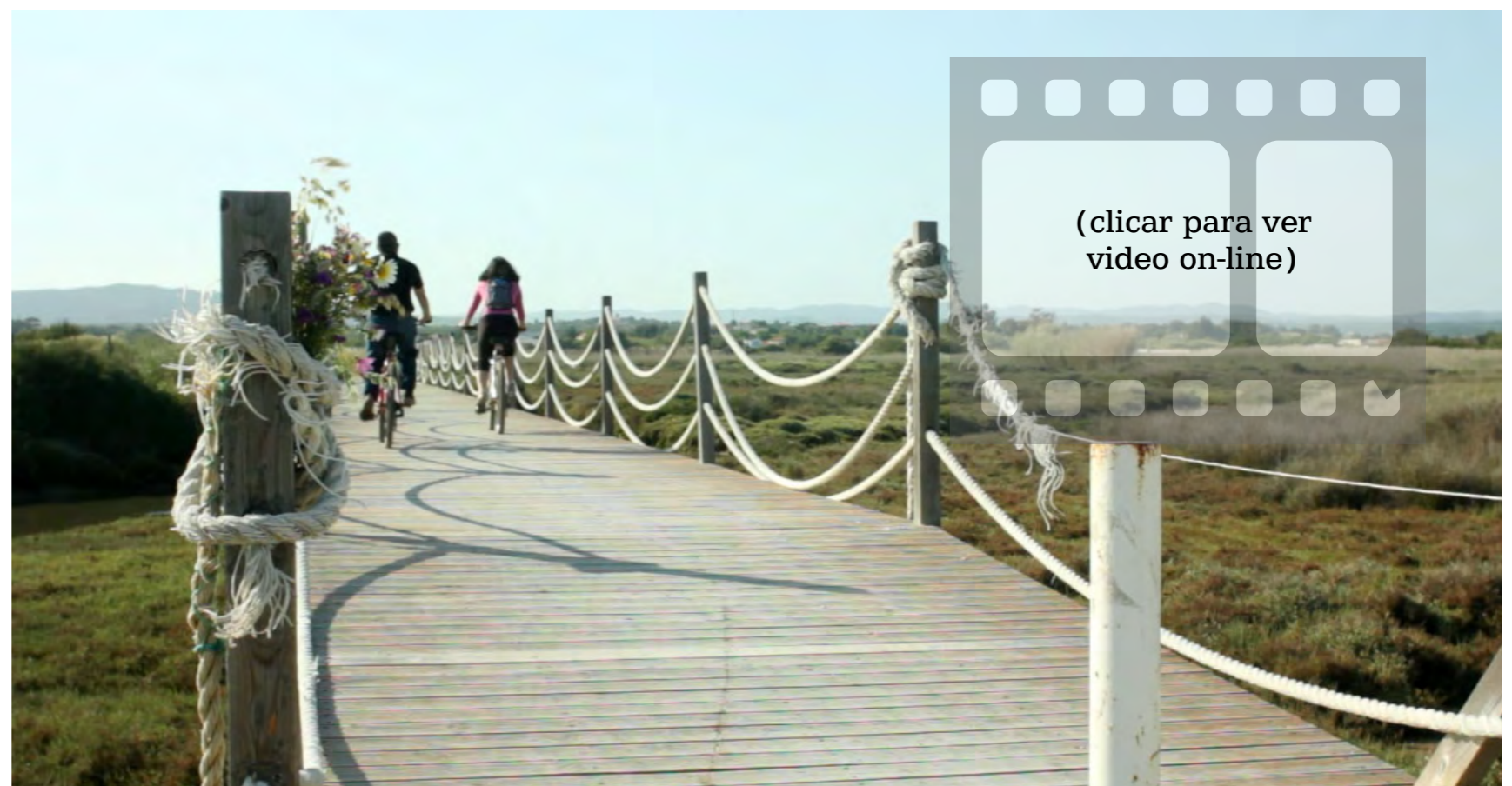
**Excepto
Velocípedes**



A primeira pedra é lançada precisamente ao quilómetro zero, no Cabo de São Vicente, em março de 2006. Em 3 anos, mais de 70 por cento da via estava concluída.

A ideia começou, como tantas outras, longe de imaginar a dimensão que viria a alcançar. Dois geógrafos tentavam em 2001 estabelecer percursos cicláveis dentro do Parque Natural da Ria Formosa e, na busca por financiamento, despertaram o interesse da AMAL e da então Comissão de Coordenação Regional do Algarve. Rapidamente,

o projeto ganhou dimensão regional. Em 2003, um protocolo entre os diferentes parceiros propunha-se lançar as bases para erguer o percurso verde, com a definição de um traçado-piloto entre a Praia do Ancão e Vila Real de Santo António. Bastou um ano para que o estudo desse traçado fosse alargado a todo o Litoral, tal foi o acolhimento da



ideia. E assim, começa a desenhar-se esses primeiros quilómetros da Rota Europeia número 1, atravessando 12 concelhos. Trilhou-se a via, ergueu-se pontes e passadiços e instalou-se sinalética. A primeira pedra é lançada precisamente ao quilómetro zero, no Cabo de São Vicente, em março de 2006. Em 3 anos, mais de 70 por cento da via estava concluída. Questões relacionadas essencialmente com a

propriedade de terrenos condicionavam a conclusão.

A ambição, ainda assim, não cessou. E no papel foram desde logo estabelecidas outras ecovias - Guadiana, Costa Vicentina e Interior - que, não só exploram outros cantos e encantos do Algarve, mas também asseguram a articulação e ligação da região ao resto do País, através do Alentejo e a Espanha, pela Andaluzia. Em todo o proces-

so, coube à AMAL a definição dos critérios para o estabelecimento das rotas e a coordenação da implementação da obra. A partir de 2008, altura em que cada autarquia assumiu a gestão do seu troço, a AMAL passou a ser o fórum para os técnicos responsáveis no ajuste dos critérios e na atualização de todas as componentes, até porque toda a ideia de Rotas Europeias é um processo em curso.





PREVENÇÃO DE RISCO CONTRA INCÊNDIO

2003 e 2004, dois anos devastadores: 18 por cento do Algarve lavrado pelas chamas, mais de um terço da área florestal da região reduzida a cinzas e dezenas de casas e de apoios agrícolas destruídos pelo fogo. As dramáticas consequências desses fatídicos verões chamavam à atenção das autarquias para a ameaça crescente dos fogos florestais decorrente, não só das alterações climáticas, como do galopante processo de desertificação do interior.



A iniciativa de tentar mudar alguma coisa partiu da região Provence-Alpes e Côte d'Azur (PACA)

O fenómeno não se cingia, nem se cinge à realidade algarvia. Passou a ser aliás uma preocupação do Velho Continente, que, ao assistir a sucessivos incêndios em Portugal, Espanha, França e Itália, se viu obrigado a olhar para a orla mediterrânica com a urgência de intervir.

A iniciativa de tentar mudar alguma coisa partiu da região Provence-Alpes e Côte d'Azur (PACA). A província francesa propôs a união de esforços dos países mais afetados num programa que estudasse o problema e que colocasse as regiões sob ameaça a repensar, em conjunto, políticas de prevenção, de luta, de ordenamento do território e de urbanismo que mitigassem esse risco. E assim nasce o OCR Incendi, projeto financia-

do pelo Interreg III, que a AMAL veio a integrar em representação do Algarve, ao lado de outras 7 regiões de Espanha, França, Itália e Grécia. Aprovado em 2005, executado até 2008, o projeto pretendeu intervir em 7 dimensões, que poderiam ser exploradas por cada região. O Algarve veio a gerir fundos que se aplicaram em seis temáticas: restauração dos terrenos após incêndios, cartografia, planos locais, centros operacionais, aceiros e sensibilização. A AMAL encabeçou a tarefa de sensibilização para a consciência regional do risco. "Proteja a floresta – A proteção começa por si!" era o lema dos folhetos distribuídos em conjunto com a fatura da eletricidade da EDP, bem como dos outdoors ins-





talados, que alertavam para ações de risco, indicavam as melhores formas de proteção e elucidavam sobre as medidas a tomar em caso de incêndio. Para chegar à população rural, foram ainda realizadas ações de sensibilização a proprietários florestais, agricultores, pessoas que habitam na floresta, caçadores, entre outros.

Para as restantes vertentes, foram abertas candidaturas com medidas de proteção da floresta. Entre outras ações, recuperou-se terrenos ardidos, criou-se aceiros, atualizou-se cartografia e equipou-se o Centro Distrital de Operações de Socorro de material informático, software e hardware para o veículo de planeamento, comando e comunicações da sala de situação e apoio. Esta iniciativa permitiu que o Algarve tivesse sido considerado uma das regiões mais bem

equipadas do país, a par de Lisboa. No acompanhamento de todo este trabalho, foram organizados seminários entre parceiros.

Com o fim do Incendi, é lançado o Pyrosudoe para dar continuidade ao trabalho entre 2009 e 2011, encabeçado pelo departamento de Gard da região francesa de Languedoc-Roussillon, envolvendo a Associação Regional de Defesa da Floresta Contra os Incêndios da Aquitânia (França), a Diputación de Teruel e as regiões das Ilhas Baleares e da Andaluzia (Espanha) e a região do Algarve, através da AMAL. Focado no melhoramento das políticas de gestão da interface urbano-florestal, foi criada uma rede transfronteiriça de gestores dessas zonas de ligação, facilitando o intercâmbio de experiências com os peritos das regiões parceiras.

No Algarve, foram promovidas

várias ações de sensibilização. O contacto direto com as populações foi novamente privilegiado em todos os municípios, complementado por uma campanha radiofónica – e também no serviço de espera telefónica dos Municípios – sobre os comportamentos de risco e preventivos, em caso de ocorrência de incêndios. Na comemoração do dia Mundial da Árvore, foram também os alunos do 1º ciclo do ensino bá-

sico os agentes da sensibilização, pintando e enviando 8000 postais a um amigo ou familiar sobre a importância de ajudar a proteger a floresta. No terreno, uma parceria com diversos agentes das florestas, ensinava-se as populações de Barranco do Velho (Loulé), Alferce (Monchique) e Sítio da Eira da Palma (Tavira) a criar faixas de proteção contra incêndio em redor das povoações.

Embora de menor dimensão do que aquele que o precedeu, o Pyrosudoe acabou por resultar num impacto considerável na União Europeia, ao lançar o debate, entre instituições, sobre o futuro das políticas regionais para as áreas agrícola, florestal e de cooperação territorial, sempre com a perspectiva de uma melhoria e do reforço financeiro na prevenção e gestão do risco de incêndio.

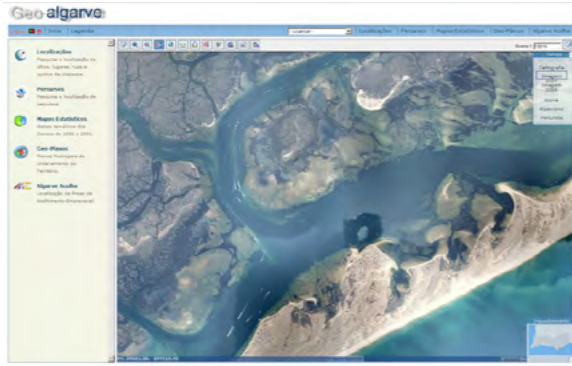




CARTOGRAFIA

Um traço mais largo ou uma escala desadequada são pormenores suficientes para comprometer uma das mais importantes ferramentas de gestão do território. Dotados apenas de cartografia desatualizada, analógica e que não respeitava um modelo comum, os municípios do Algarve, à beira de processos de revisão dos respetivos Planos Diretores Municipais, delinearam o caminho para entrar na era da cartografia digital em 2005, altura em que, através da AMAL, celebraram um acordo com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve e o Instituto Geográfico Português. A ideia era produzir cartografia à escala regulamentar de 1:10000, já devidamente atualizada e, acima de tudo, capaz de integrar os sistemas de informação geográfica que vinham sendo desenvolvidos nos gabinetes das autarquias.





O projeto, envolvendo 13 municípios, partiu da aquisição de ortofotomapas realizados pelo Instituto Geográfico Português em voos de 2005 e 2007. A partir daí, um consórcio selecionado por concurso internacional pôde elaborar as novas cartas digitais que, na essência, se distinguem das antigas não só por estarem à distância de um clique, mas também pela versatilidade que conferem ao uso. Na prática, torna-se possível observar a representação do território conforme a necessidade, escolhendo as camadas e os componentes mais úteis à finalidade de quem recorre à cartografia. Este processo significou um investimento conjunto de 690 mil euros, no caso financiados em 60% pelo FEDER ao abrigo de uma candidatura submetida pela AMAL ao Programa Operacional do Algarve.

O trabalho desenvolvido nesta

ferramenta multifacetada, entretanto homologada pelo IGP em janeiro de 2013, impulsionou o desenvolvimento dos sistemas de informação geográfica de base municipal, além de ter servido diversas plataformas, nomeadamente de planeamento como foram os casos da CCDR Algarve, do Comando Regional de Operações de Socorro de Faro e da Agência Regional de Energia, a quem a AMAL cedeu a nova cartografia numérica vetorial. Serviu ainda ao desenvolvimento de ferramentas utilitárias, sendo hoje possível sobrevoar todo o Algarve num único computador, através dos mapas interativos disponibilizados pela Globalgarve no portal “Algarve Digital”. É igualmente fácil saber, por exemplo, onde instalar um negócio, navegando nos mapas do portal “Algarve Acolhe”.

Localizações
Pesquisa e localização de sítios, lugares, ruas e pontos de interesse.

Percursos
Pesquisa e localização de percursos.

Mapas Estatísticos
Mapas temáticos dos Censos de 1991 e 2001.

Geo-Planos
Planos Municipais de Ordenamento do Território.

Algarve Acolhe
Localização de Áreas de Acolhimento Empresarial.

Escola 1: 13219

Temas

- Cartografia
- Imagem
- Imagem 2007
- Imagem 2005
- Ecovia
- Algarviana
- Percursos

Enquadramento

XY: 29201.36, -297215.92

©Algarve Digital 2008



ASMAL

Asmal

Centro de
Educação,
Formação e
Integração
Profissional do
Algarve

A obra não está no edifício que a AMAL e os municípios que a integram ajudaram a construir na Zona Industrial de Loulé em 2009. Está antes nas vidas reconstruídas dentro desse edifício com a ajuda dos 30 técnicos especializados que nele trabalham. Vidas que antes estavam fechadas em casa, algumas presas a camas, escondidas do estigma da doença mental, e que vieram a encontrar na Associação de Saúde Mental do Algarve um caminho para a reintegração social e nalguns casos até de volta ao trabalho.



Pela primeira vez, o país via abrir portas um espaço que concilia pessoas ditas normais e portadores de doença mental, na perspetiva de que a reabilitação se faz com integração

O sonho da associação tinha mais de uma década: erguer um espaço onde pessoas atropeladas por doença mental - psicose, esquizofrenia, doença bipolar ou depressão profunda – pudessem reaprender a socializar e a trabalhar, ao mesmo tempo que avançavam na terapêutica. O projeto pioneiro no país era, no fundo, a necessidade de uma região carente de respostas a uma gama de patologias que, nalgum ponto da vida, afetam um em cada cinco portugueses. O apoio da AMAL na mobilização dos municípios para o financiamento dos 30 por cento do valor da construção não cobertos pelos Fundos Comunitários permitiram à associação inaugurar o Centro de Educação, Formação e Integra-

ção Profissional do Algarve em julho de 2009. Pela primeira vez, o país via abrir portas um espaço que concilia pessoas ditas normais e portadores de doença mental, na perspetiva de que a reabilitação se faz com integração.

Em quatro anos, o centro recebeu mais de 400 utentes, todos alvo de reabilitação social e muitos deles capazes de embarcar na aventura da integração ou reintegração profissional em cursos de jardinagem, práticas administrativas, apoio familiar e domiciliário, armazenista, pastelaria e limpeza de interiores. Com certificação escolar, estágio e acompanhamento, o objetivo é o mercado de trabalho e, com ele, uma vida em pleno. Uma meta atingida por alguns,



que agora laboram tanto na administração pública, como na hotelaria ou no setor primário. Para os que não chegaram a essa meta, também não existe a palavra fracasso. Cada caso é um caso, cada batalha uma vitória na difícil luta contra a doença mental.

Outros houve que compartilharam o Centro Novas Oportunidades com mais de 2500 outras pessoas para reconhecerem, validarem e certificarem as competências e conhecimentos resultantes da experiência que adquiriram em diferentes contextos ao longo da vida. Este

centro é, aliás, um dos únicos seis inclusivos em todo o país e os resultados de juntar dois mundos no mesmo contexto de aprendizagem justificaram que a experiência fosse estendida a cursos de educação e formação para adultos e a formações modulares certificadas.





CIMAAL

O calvário dos consumidores, a braços com uma Justiça grande e morosa demais para desavenças de tão pouca monta, justificou o impulso dado, em 2000, pela Região de Turismo do Algarve na criação de um projeto piloto de resolução de conflitos de consumo que garantisse celeridade na resolução e gratuidade no acesso. Na verdade, até ao nascimento do Centro de Informação, Mediação e Arbitragem do Algarve (CIMAAL), discutir uma conta de telemóvel no valor de 60 euros podia acarretar custos 10 vezes superiores à própria fatura – em taxas e em procuradoria – e arrastarse nunca menos do que um ano e meio num Tribunal Judicial.



**ADQUIRIU
UM BEM
OU SERVIÇO
E SENTE-SE
LESADO?**

REDE INTERMUNICIPAL DE APOIO AO CONSUMIDOR
E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS DE CONSUMO.

PONTO DE CONTACTO
INFORME-SE AQUI.



www.consumidor.pt

Como resultado, a maioria dos consumidores acaba por não recorrer à Justiça e os casos ficam por resolver. A alternativa extrajudicial encontrada veio a revelar-se uma resposta eficaz para preencher esse espaço deixado vazio pelos tribunais, numa região onde o consumo e o turismo são preponderantes. O mesmo conflito sobre a tal fatura no valor de 60 euros passou a ter resolução em apenas alguns meses, por mediação entre as partes, ou até mesmo por julgamento arbitral e com o mesmo vínculo que uma decisão de tribunal.

Atenta ao interesse regional na proteção dos direitos dos consumidores e na promoção de boas práticas comerciais, a AMAL integrou o leque inicial de parceiros do projeto e, mais tarde, a associação de direito privado que passou a tutelar

o centro a partir de 2003. Ao englobar as Câmaras Municipais, passou a ser o principal financiador do centro, tendo desempenhado um papel político de relevo na sua afirmação. A provar que fez bem, chegaram ao CIMAAL cerca de 50 novos conflitos por mês, contando o centro com cerca de 6000 casos resolvidos na primeira década de existência, 90 por cento dos quais por mediação, a primeira etapa do processo e que passa por encontrar uma solução satisfatória pela tentativa de aproximação das posições de consumidores e prestador de serviços ou bens. Só quando esta etapa se revela infrutífera – o que só acontece em 10 por cento dos casos – é que é acionada a arbitragem voluntária, um julgamento em que as partes têm de declarar que aceitam a jurisdição do centro.





Não dê voz ao conflito...

esclareça tudo no
consumidoronline.pt

Simple, rápido e eficaz.

Consumidor Online

O 'Consumidor Online' é uma ferramenta ao dispor dos consumidores e das empresas para colocar questões e dúvidas sobre Direito de Consumo e obter uma resposta em tempo real no nosso 'chat'.

O "Consumidor Online" é da responsabilidade do CIMAAL.

Casos Resolvidos

Danos em eletrodomésticos provocada por alteração de ...

[LER +](#)

Suspensão do fornecimento de serviços públicos essenciais


[LER +](#)

1 2

Perguntas?

Click aqui para esclarecer a sua dúvida!

Notícias

 **On-line** - Iniciar conversa

REVISTA SULSTÍCIO


As primeiras linhas do número de estreia tentavam explicar o nome e enfim a própria essência do que aí vinha: "síntese de sol, sul, Algarve turístico, Algarve profundo. Por conhecer melhor". Os cinco mil exemplares da "Sulstício" revelavam essa simbiose, em dezembro de 1999, em conteúdos que simultaneamente punham a nu os problemas e evidenciavam os projetos de futuro de uma região que, afinal, tinha e tem muito mais que mar e sol.



Em quatro anos de vida, oito números editados, descobriu-se pessoas, factos e lugares que promovem e ajudam a desenvolver o Algarve.

E foi com o “Algarve em Reportagem” que a AMAL se lançou a dar essa outra visão desta terra e das suas gentes, das ambições e das frustrações, dos sucessos e dos insucessos. Uma região a ver-se ao espelho e, acima de tudo, a obrigar o país a olhar para ela. Nessas primeiras páginas, lia-se a análise do então Presidente da República: “o Algarve é uma porcelana delicada”, alertava Jorge Sampaio. Cavaco Silva, Mário Soares, António Guterres, José Sócrates e Durão Barroso, governantes, antigos governantes e até alguns que vieram a ser governantes, todos partilharam da tarefa de pensar a região nas páginas da “Sulstício”.

Em quatro anos de vida, oito números editados, descobriu-se pessoas, factos e lugares que promovem e ajudam a desenvolver o

Algarve. Investigadores, artistas, técnicos, artesãos, pensadores... gente que deixou marca onde quer que a revista tenha chegado. Falou-se também de autarcas e de municípios, porque afinal a publicação – as reportagens, as entrevistas, a fotografia perspicaz – foi uma forma da AMAL chegar à sociedade civil fora da esfera institucional e dos boletins informativos. A cada número, associações de municípios de todo o país, ministérios, secretarias de Estado e organismos regionais recebiam esse testemunho e, de alguma forma, eram confrontados com os problemas da região. Quer como encarte do Jornal “Público”, quer em venda nas bancas, um vasto público conheceu e entendeu esse lado do Algarve feito de gente e não só de praias. 





O FUTURO




Quem percorreu os 20 anos de vida da AMAL vacila entre destacar o que resultou visível da atuação da associação e aquilo que não é materializável numa obra concreta. Porque, se é certo que da iniciativa e gestão diretas resultaram edifícios, ações e equipamentos, com maior ou menor pompa, também é verdade que grande parte do valor trazido resulta de trabalho quase invisível. Como um formigueiro que vai sendo construído debaixo de terra e que, por fim, resulta numa complexa e engenhosa base para a vida de uma extensa comunidade, a AMAL foi solidificando a vocação para capacitar os autarcas que a constituem de conhecimentos técnicos, de iniciativa e de gestão integrada que, na prática, os torna mais eficientes na decisão e mais fortes na defesa do interesse regional.

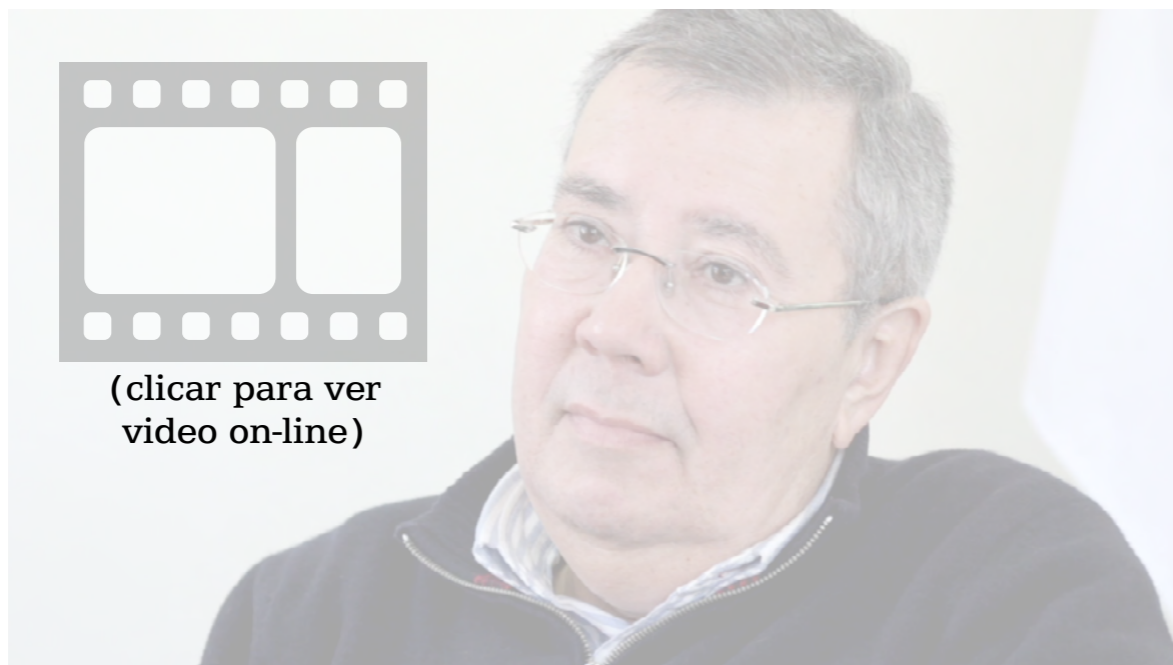
Quem viveu o antes e o depois da intermunicipalidade, recorda a forma como “os presidentes iam à pesca” de fundos comunitários para a sua terra em visitas à então Comissão de Coordenação Regional. Primeiro vieram os dossiers explicativos do que estava em causa, depois veio a preparação avançada de propostas, até que os mesmos presidentes puderam chegar a esse mesmo espaço para “exigir” a aplicação dos fundos de acordo com estratégias previamente concertadas entre o poder local. E foi desse incremento na capacidade que, então sim, surgiram muitas obras visíveis que transformaram a qualidade de vida das populações.

Nasceu também a capacidade de diálogo entre municípios, que permitiu apoios a um sem número de iniciativas que extravasaram o interesse local: a Orquestra do Algarve, o apoio ao diabético, planos estruturais em diversos quadrantes da região, o estudo do risco sísmico e de tsunamis, o portal Algarve Digital, a Rede de Programação Cultural, o projeto itinerante “Vamos Apanhar o Teatro”, os concursos de ideias para renovação de zonas históricas e frentes de mar, as soluções de limpeza de espaços públicos... entre tantos outros. Um diálogo que fez da AMAL um interlocutor privilegiado de quem quer falar com o Algarve, reforçado entretanto

pela extinção do Governo Civil. Foi e é, por isso, a porta a que batem grupos de interesse e simultaneamente contribuidor indispensável para processos de alteração legislativa, como é o caso da segurança infantil.

Essa faceta de plataforma regionalizada do poder será, porventura, o principal desafio em perspectiva. Num país com a regionalização adiada, a braços com o ajustamento das contas públicas, autarquias endividadas e sem capacidade para gerar novas receitas que sustentem estratégias de progresso, o caminho da intermunicipalidade pode ser a chave para não deixar fugir o futuro por entre os dedos. 





(clicar para ver
video on-line)



(clicar para ver
video on-line)



(clicar para ver
video on-line)



(clicar para ver
video on-line)

Depoimentos sobre o futuro: Carlos Tuta, Macário Correia, Francisco Amaral e Francisco Leal

Ficha Técnica:

Edição: AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve. Data: Setembro 2013.
Coordenação: AMAL. Recolha e tratamento de conteúdos: Neuza Tomé e João Tiago.
Fotografia: AMAL, Paulo Tomé, Telma Verissimo e Arquivo CMP. Vídeo: Eduardo Pinto.
Design e Produção: Bloco D Design e Comunicação Lda.